

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XXIV Seminário de Iniciação Científica

RESPONSABILIDADE SOCIAL E A GOVERNANÇA CORPORATIVA: CAMINHOS PARA A CRIAÇÃO DE VALOR DAS ORGANIZAÇÕES¹

Nairana Radtke Caneppele Bussler², Juliana Da Fonseca Capssa Lima Sausen³, Daniel Knebel Baggio⁴, Lurdes Marlene Seide Froemming⁵, Sandra Beatriz Vicenci Fernandes⁶, Elias Bussler⁷.

¹ Projeto de Pesquisa no Mestrado em Desenvolvimento Regional

² Mestranda em Desenvolvimento Regional pela UNIJUÍ. Bolsista CAPES.

³ Mestranda em Desenvolvimento Regional pela UNIJUÍ. Bolsista CAPES.

⁴ Doutor em Contabilidade e Finanças pela Universidad de Zaragoza (2012) e professor da UNIJUÍ.

⁵ Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2001) e professora da UNIJUÍ.

⁶ Doutora em Ciência do Solo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, (1998) e Professora da UNIJUÍ.

⁷ Pós Graduado em Finanças e Mercados de Capitais pela UNIJUÍ.

INTRODUÇÃO

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) é utilizada para empresas, principalmente de grande porte, com preocupações sociais voltadas ao seu ambiente de negócios ou ao seu quadro de funcionários. É uma prática voluntária, pois não deve ser confundida exclusivamente por ações impostas pelo governo ou por quaisquer incentivos externos.

O conceito de RSC tende a envolver um aspecto mais amplo de beneficiários (stakeholders), considerando a qualidade de vida e bem estar do público interno da empresa, mas também a redução de impactos negativos de sua atividade na comunidade e meio ambiente. Na maioria das vezes, tais ações são acompanhadas pela adoção de uma mudança comportamental e de gestão que envolve maior transparência, ética e valores na relação com seus parceiros, também chamada de Governança Corporativa.

Conforme o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), a governança corporativa é um sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas. As boas práticas de governança corporativa convertem princípios básicos em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor econômico de longo prazo da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para a qualidade da gestão e longevidade da organização, e bem comum.

Portanto, o objetivo do presente estudo corresponde em realizar uma discussão sobre a importância da Governança Corporativa e da Responsabilidade Social Corporativa, por meio de suas aplicações e benefícios para as organizações, seus funcionários, sociedade e meio ambiente.

METODOLOGIA

Para a realização do presente estudo partiu-se de pesquisa bibliográfica em livros, artigos, dissertações e teses, sobre os conceitos e entendimentos da Governança e a Responsabilidade Social

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XXIV Seminário de Iniciação Científica

Corporativa. Refere-se, então, a uma pesquisa bibliográfica e uma discussão sobre a temática da Governança e a Responsabilidade Social Corporativa, cada vez mais presente no espaço universitário e organizacional.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Uma importante colaboração para o estabelecimento de uma adequada gestão está associada à abordagem da Governança Corporativa, visto que a complexidade em gerir as organizações é um traço comum da história da humanidade.

O conceito de Governança Corporativa envolve práticas e usos de direitos e deveres dentro das organizações. Além de viabilizar a gestão de forma transparente e alinhada com a estratégia empresarial, é um conjunto de princípios, propósitos, processos e práticas que rege o sistema de poder e os mecanismos de gestão das empresas. Portanto, a discussão sobre Governança Corporativa envolve a criação de mecanismos que assegurem que as decisões corporativas serão tomadas no melhor interesse dos investidores e demais stakeholders (ANDRADE; ROSSETTI 2006).

Seiffert Filho (1998) afirma que as questões de Governança Corporativa ganharam maior relevância com o surgimento das modernas corporações, em que há separação entre controle e gestão. A teoria que trata dessas questões teve origem nos trabalhos de Berle e Means no ano de 1932, que destacaram o clássico problema da Teoria da Agência, motivado pelo surgimento das modernas corporações nas quais havia separação entre o controle e a gestão. Nessa época, Ronald Coase, em 1937, apresentou os princípios da economia dos custos de transação, ou seja, como se delimitam os limites da firma entre produzir seus próprios insumos ou adquiri-los no mercado, decorrendo daí questões relacionadas ao escopo vertical que a firma deve assumir. Após cerca de 40 anos de relativo desinteresse por essas abordagens, a partir dos anos 70, o enfoque contratual das relações econômicas passou a despertar renovado interesse nos meios acadêmico e financeiro.

Para Santos (1997) a ideia de uma “boa” governança é requisito fundamental para um desenvolvimento sustentado, incorporando ao crescimento econômico, equidade social e também direitos humanos. Pois a governança tem a ver com atos propositados, e não apenas comandos tácitos, como salienta Finkelstein (1991). O estudo “sobre governança global está preocupado não apenas com decisões, mas também com suas consequências como efeitos distributivos, programas e projetos, eficácia, consentimento e implementação doméstica” (FINKELSTEIN, 1991, p. 369).

Nesse sentido, vale ressaltar que a Governança Corporativa possui como princípios básicos, conforme o IBGC, os seguintes critérios:

Transparência - Desejo de disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos. Não deve restringir-se ao desempenho econômico-financeiro, contemplando também os demais fatores (inclusive intangíveis) que norteiam a ação gerencial e que condizem à preservação e à otimização do valor da organização.

Equidade - Tratamento justo e isonômico de todos os sócios e demais partes interessadas (stakeholders), levando em consideração seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas.

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XXIV Seminário de Iniciação Científica

 Prestação de Contas (Accountability) - Os agentes de governança devem prestar contas de sua atuação de modo claro, conciso, compreensível e tempestivo, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões e atuando com diligência e responsabilidade no âmbito dos seus papéis.

 Responsabilidade Corporativa - Os agentes de governança devem zelar pela viabilidade econômico-financeira das organizações, reduzir as externalidades negativas de seus negócios e suas operações e aumentar as positivas, levando em consideração, no seu modelo de negócios, os diversos capitais - financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social, ambiental, reputacional, etc. - no curto, médio e longo prazos.

A RESPONSABILIDADE SOCIAL E A GOVERNANÇA CORPORATIVA

As empresas, especialmente as transnacionais, estão ligadas à sustentabilidade, sendo inegável seu desempenho chave na política ambiental internacional bem como o efeito de suas atividades sobre o ambiente. Estão no centro dos processos de produção e consumo, e com o poder de modelar valores coletivos e influenciar nas políticas públicas. É portanto, imprescindível que assumam uma postura positiva de liderança na área ambiental. Seu peso econômico também é considerável. Segundo Matias (2014), as vendas conjuntas das duzentas maiores empresas do mundo são maiores do que a soma da produção de todos os países, exceto os mais ricos e dos 150 maiores atores econômicos globais, 91 são empresas. Porém, as principais características que tornam as empresas essenciais para a promoção da sustentabilidade são seu empreendedorismo, criatividade e inovação. “Como defende Laville, a empresa pode ser considerada a única instituição do mundo atual suficientemente poderosa e criativa para implementar as mudanças necessárias” (MATIAS, 2014, p. 98).

Contudo, metade das emissões de gases causadores do aquecimento global é gerada por empresas transnacionais. Como se não bastasse o uso de energia e do nível de emissões ambientalmente nocivas, o setor privado envolve-se também no esgotamento de recursos do planeta. Valorizando seus próprios interesses e invalidando inquietações morais, muitas organizações não levam em conta os efeitos negativos que causam, superexploram os recursos naturais, passam adiante os efeitos negativos de suas atividades e, por obrigação legal, maximizam o lucro para seus acionistas, ignorando a prestação de contas à sociedade. Sem contar o sistema de preços omisso em relação ao impacto ambiental, que resulta na produção e consumo excessivos de bens que esgotam os recursos e poluem o ambiente e na baixa produção e consumo daqueles que economizam recursos e são positivos ambientalmente (MATIAS, 2014). O papel de muitas empresas é, portanto, paradoxal e diante deste cenário, enquanto alguns questionam tais efeitos devastadores da globalização, outros chamam as empresas a sua respectiva responsabilidade, a fim de que se promova um efetivo e sustentável desenvolvimento socioambiental.

As estratégias passaram por uma evolução positiva. Apesar da hostilidade e relutância de muitas empresas quanto à agenda ambiental, a década de 80 emergiu com a proatividade e integração das metas ambientais às estratégias empresariais. Líderes empresariais abraçaram a ideia de que o ambientalismo corporativo poderia promover soluções em que todos ganham. “Uma manifestação clara disso foi o fato de algumas corporações terem passado a se envolver com o processo político internacional, buscando não simplesmente bloquear iniciativas ambientais, mas também moldar e influenciar posições” (MATIAS, 2014, p. 103).

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XXIV Seminário de Iniciação Científica

Definida como “o compromisso dos negócios de contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável, trabalhando com os empregados, suas famílias, a comunidade local e a sociedade como um todo para melhorar a sua qualidade de vida” (MATIAS, 2014, p. 133), a Responsabilidade Social aliada à Governança Corporativa, tem sido a grande aposta de empresas com efetiva visão de mercado e que pretendem realmente se desenvolver, agregando valor, em detrimento do mero lucro. Inúmeros são os benefícios das práticas sustentáveis socioambientais para as empresas, que aumentam à medida em que as regulações de proteção ao meio ambiente se tornam mais rigorosas. Entre os benefícios estão: a redução de riscos de acidentes socioambientais e sua consequente atratividade para os investidores; a ecoeficiência, filosofia de gestão empresarial baseada num esforço incessante para produzir mais e melhor a preços competitivos, reduzindo progressivamente o impacto ambiental e o consumo de recursos a níveis, no mínimo, equivalentes à capacidade de sustentação do planeta; a melhoria de sua reputação, aumentando a credibilidade na empresa e a melhorando sua imagem; o consumo consciente, ou “verde”, com o lançamento de produtos e serviços diferenciados no mercado a custos ambientais menores do que seus concorrentes, evidenciando seu valor através do marketing e contribuindo para o aumento na participação em mercados já existentes e para abertura de novos mercados; e, por fim, as vantagens na área de recursos humanos no que refere-se à contratação (atração de capital humano devido à boa reputação), engajamento (pela satisfação dos funcionários com programas de treinamento, ajuda de custo para educação e transparência na divulgação de informações) e inovação (ampliada pelo aumento da participação dos empregados).

Para que as empresas possam tornar-se agentes transformadores, a sustentabilidade e as práticas de caráter socioambiental precisam estar integradas à estratégia central da empresa, ao seu modelo de negócios e a sua dinâmica operacional. Além disso, de acordo com Matias (2014), as estratégias devem estar voltadas não mais apenas para a prevenção de riscos ambientais e de imagens, mas para oportunidades de mercado ligadas ao fornecimento de soluções sociais e ambientais. Portanto, para que uma empresa seja considerada verdadeiramente sustentável ela deve ir além, ser proativa, propor estratégias e ações integradas, inovadoras e eficazes, orientadas para resultados concretos e positivos no âmbito socioambiental. Neste sentido, algumas políticas na governança corporativa apresentam-se como indispensáveis.

Primeiro, é preciso intervir nos sistemas de avaliação e de incentivos que tornam as empresas “máquinas externalizadoras”. A fim de inserir a sustentabilidade em seu DNA e para que os resultados possam se sustentar no longo prazo, são necessárias avaliações de performance e de sucesso baseadas não só no desempenho financeiro, mas também no impacto sobre a economia de forma mais ampla, sobre o meio ambiente e sobre a sociedade. A mudança de medição do desempenho das empresas deve ocorrer tanto no plano externo, como internamente, pelos mecanismos de remuneração de seus dirigentes. “É importante que os sistemas de avaliação verifiquem o desempenho dos empregados com base em sua contribuição para a criação de valor para os acionistas a longo prazo, e não apenas no curto prazo, e que os pacotes de remuneração contenham critérios que levem em conta o resultado trazido pelos stakeholders” (MATIAS, 2014, p. 137). Desta forma, a promoção de metas, bônus e prêmios voltados ao desempenho socioambiental, é imprescindível na melhoria das práticas empresariais.

Outra iniciativa de transformação das empresas é mudar seu foco para os stakeholders, ou seja, para acionistas, empregados, consumidores, fornecedores, bancos, ambientalistas, governo e demais

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XXIV Seminário de Iniciação Científica

grupos envolvidos com a organização. Para Matias (2014), assumir eficazmente a liderança, administrando esses relacionamentos e criando o máximo de valor possível para os stakeholders, deveria ser a principal função dos empresários ou executivos, com capacidade de harmonizar interesses diversos, muitas vezes contraditórios, de diferentes partes interessadas, muitas delas cruciais para assegurar o sucesso de longo prazo da empresa. Neste caso, a transparência – outro importante princípio da governança corporativa - é fundamental, pois os stakeholders esperam que a empresa seja honesta, comunicando não apenas seus acertos e sucessos, como também seus problemas a fim de que se trabalhe em parceria para resolvê-los.

Para garantir que o foco no desenvolvimento sustentável não desapareça no fim do mandato dos líderes e para que as empresas possam nortear suas ações, é necessário institucionalizá-lo, inserindo a sustentabilidade no DNA das empresas em sua missão, seus valores e sua visão. A empresa deveria, segundo Woot (apud MATIAS, 2014, p. 141) “... questionar o significado de suas ações e de seus objetivos. Deveria saber que é possível agir de forma responsável em um sistema que carece de responsabilidades e que ainda é possível manter a ética, digna desse nome, enquanto se joga o jogo econômico”.

Desta forma, a missão – objetivo fundamental - de uma empresa deve ser melhorar o planeta e a vida das pessoas por meio de seus produtos e serviços, agregando valor ao seu negócio e à sociedade, na medida em que o lucro deve ser visto não como um fim, mas como meio indispensável a serviço de um fim mais nobre. Como afirma Laville (apud MATIAS, 2014, p. 143), “é preciso criar uma empresa que esteja em harmonia com o mundo que a cerca, para a qual o desenvolvimento sustentável seja uma segunda natureza e na qual cada ato contribua efetivamente para a criação de um mundo melhor, não por altruísmo, mas pela sua própria maneira de ser”. Consequentemente, a visão da empresa, deve estar associada a sua contribuição para o progresso socioambiental, sendo compatível com valores associados aos princípios de desenvolvimento sustentável tais como perspectiva de longo prazo, diversidade, diálogo com as partes interessadas e responsabilidade.

Muitas pesquisas recentes mostram um crescente reconhecimento de que questões relacionadas à sustentabilidade são estrategicamente importantes. Conforme aponta Matias (2014), em uma delas, 75% dos empresários e investidores afirmaram acreditar que iniciativas socioambientais criam valor em longo prazo. Em outra, 93% dos presidentes de empresas responderam que assuntos relacionados à sustentabilidade serão importantes ou muito importantes para o futuro de suas empresas e 96% disseram crer que esses devem estar totalmente integrados a suas estratégias e operações. No entanto, apesar de as empresas estarem começando a se convencer de que a sustentabilidade pode ser um bom negócio, ainda há muito o que ser feito para que se alcance um efetivo desenvolvimento sustentável a nível global.

CONCLUSÃO

Levando em consideração a discussão apresentada e ainda o contexto de transformações socioambientais que estamos passando, é que se ressalta a importância da Responsabilidade Social Corporativa para a execução com sucesso das boas práticas de Governança Corporativa, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, o consequente crescimento econômico e a boa

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XXIV Seminário de Iniciação Científica

imagem das empresas trazendo, também, benefícios significativos para seus stakeholders, para a sociedade como um todo e para o meio ambiente.

Quanto as limitações deste estudo, se trata de um estudo teórico portanto, para estudos futuros neste tema, será possível realizar análises de casos e avanços nas referências existentes até o momento para que se obtenham dados mais concretos e se alcancem resultados mais efetivos.

PALAVRAS-CHAVE: Governança Corporativa, Responsabilidade Social Corporativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ANDRADE, Adriana; ROSSETTI, Jose Paschoal. Governança Corporativa: Fundamentos, Desenvolvimento e Tendências. 7. ed. São Paulo : Atlas, 2014.

SEIFFERT FILHO, Nelson. Governança Corporativa: Padrões Internacionais e Evidências Empíricas no Brasil nos Anos 90. PPGE Universidade Federal do Rio Grande Do Sul. 1998.

FINKELSTEIN, Lawrence S. What is Global Governance. Associação de Estudos Internacionais, Vancouver, 1991.

IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Acesso em: 03/06/2016

MATIAS, Eduardo Felipe P. A Humanidade Contra as Cordas. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

SANTOS, Maria Helena de Castro. Governabilidade, Governança e Democracia: Criação da Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, volume 40, n.3, 1997.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. Metodologia do Trabalho Científico: Um Enfoque Didático da Produção Científica. São Paulo: E.P.U., 2001.